



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

TERMO DE REFERÊNCIA
ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de toldos, com materiais e mão de obra necessários, destinados às Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Administração do Município de São Pedro das Missões/RS, bem como para a confecção e aplicação de adesivos personalizados, destinados especificamente ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, visando à melhoria da infraestrutura, identificação, proteção e adequação dos espaços públicos.

2. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, Critério de julgamento: pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- a) O quantitativo corresponde à demanda conforme justificativa apresentada no Documento de Formalização de Demanda - DFD pela Secretaria Municipal demandante.
- b) O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- c) Os bens objeto desta contratação compõem esta contratação direta têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Dispensa, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- d) Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos produtos/serviços a serem adquiridos:

Lote	Item	Descrição	Ref	Qtde	Valor unit.	Valor total
Lote 01 – Secretaria Municipal de Saúde	01	Toldo estrutura em ferro com lona devidamente instalada. 5 x 2 MTS	Un	01	R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00
	02	Mts Adesivos personalizados aplicados	Mt	20	R\$ 130,00	R\$ 2.600,00

Lote	Item	Descrição	Ref	Qtde	Valor unit.	Valor total
Lote 02 – Secretaria Municipal de	03	Toldo retrátil e estrutura de ferro com lona com puxador	Un	03	R\$ 1.800,00	R\$ 5.400,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

Assistênci a Social	04	Toldo em estrutura de ferro com aplicação 4,5 x 2 MTS devidamente instalada	Un	01	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
------------------------	----	---	----	----	--------------	--------------

Lote	Item	Descrição	Ref	Qtde	Valor unit.	Valor total
Lote 03 – Secretaria Municipal de Administração	05	Toldo estrutura de ferro com lona aplicado 3,5x2 e devidamente instalada.	Un	01	R\$ 4.300,00	R\$ 4.300,00

e) O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a necessidade e o interesse público.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1. FUNDAMENTAÇÃO: A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo de dispensa de licitação.

4.2. JUSTIFICATIVA: A contratação de empresa especializada justifica-se pela necessidade de fornecimento e instalação de toldos nos imóveis utilizados pelas Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Administração do Município de São Pedro das Missões/RS, com o objetivo de proporcionar maior proteção contra as intempéries, especialmente chuva e exposição solar, bem como melhorar as condições de acesso, circulação e utilização dos espaços públicos. A instalação dos toldos contribuirá para a adequação e melhoria das estruturas físicas utilizadas no atendimento à população e no desenvolvimento das atividades administrativas, proporcionando maior conforto, segurança e funcionalidade aos servidores, usuários e demais pessoas que frequentam os respectivos espaços. A contratação também permitirá atender às necessidades específicas de cada Secretaria, considerando as características e demandas dos locais onde os equipamentos serão instalados. Além disso, faz-se necessária a confecção e aplicação de adesivos personalizados, destinados especificamente ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, visando à identificação, sinalização e personalização de ambientes, equipamentos ou demais espaços, de acordo com as demandas do órgão. A contratação compreenderá o fornecimento de todos os materiais necessários, fabricação, confecção, mão de obra especializada, transporte, instalação, aplicação dos adesivos, bem como os demais acessórios, ferramentas e serviços indispensáveis à perfeita execução do objeto, garantindo a adequada qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade dos serviços contratados. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada para atender às demandas das Secretarias Municipais envolvidas, contribuindo para a melhoria da infraestrutura dos espaços públicos e para a adequada prestação dos serviços à população, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

5. PREVISÃO NO PCA: O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de São Pedro das Missões/RS, entretanto o Município está em vias de elaboração de seu PCA.

6. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela personalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, Niebuhr (2015, p. 123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou**
- b) por inexigibilidade de licitação.**

Especificamente, para o caso em tela, o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025, para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa **JAQUELINE CREMONINI DA SILVA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 60.443.704/0001-60, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, fabricação e instalação de toldos, destinados às Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Administração do Município de São Pedro das Missões/RS, bem como para a confecção e aplicação de adesivos personalizados destinados especificamente à Secretaria Municipal de Saúde. A contratação deverá contemplar a disponibilização de todos os materiais, insumos, acessórios, equipamentos, ferramentas, transporte e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, observando as especificações, dimensões, características e necessidades de cada local indicado pela Administração. Os toldos deverão ser fornecidos em materiais adequados ao uso externo, apresentando resistência, durabilidade e condições apropriadas para exposição às intempéries, especialmente à incidência solar, chuva e vento, de modo a proporcionar proteção e maior conforto aos usuários e servidores. A execução compreenderá todas as etapas necessárias à entrega da solução completa, incluindo a fabricação ou fornecimento dos toldos, preparação dos materiais, transporte até os locais determinados, instalação, fixação e realização dos acabamentos necessários, de forma que as estruturas permaneçam devidamente instaladas e em condições adequadas de utilização. Caberá à empresa contratada disponibilizar profissionais capacitados, equipamentos e ferramentas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

necessários para a execução dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade e segurança dos trabalhos realizados. Quanto aos adesivos personalizados, a solução compreenderá a confecção conforme as necessidades e informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, incluindo a preparação da arte, impressão, fornecimento dos materiais e aplicação nos locais ou superfícies indicados pela Administração. Os adesivos deverão apresentar acabamento adequado, boa legibilidade, resistência e durabilidade compatíveis com o local de aplicação e com a finalidade de identificação, sinalização ou personalização dos ambientes e equipamentos. A solução será executada de forma integrada, permitindo que a Administração concentre em uma única contratação o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços de instalação dos toldos e aplicação dos adesivos. Essa forma de contratação proporciona maior facilidade de acompanhamento e fiscalização, padronização dos serviços, definição clara das responsabilidades da contratada e maior segurança quanto à compatibilidade entre os materiais fornecidos e os serviços executados. A empresa contratada deverá realizar os serviços de acordo com as orientações da Administração e nos locais previamente definidos, observando as condições existentes em cada unidade e adotando as medidas necessárias para garantir a adequada instalação, acabamento, segurança e funcionalidade dos toldos e adesivos. Eventuais ajustes necessários à perfeita execução deverão ser realizados pela contratada, sem prejuízo da qualidade e das condições estabelecidas para o objeto. Ao final, pretende-se obter uma solução completa, funcional e durável, capaz de melhorar a infraestrutura dos espaços públicos utilizados pelas Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Administração, proporcionando maior proteção e conforto aos usuários e servidores, além de contribuir para a adequada identificação e organização dos ambientes da Secretaria Municipal de Saúde. Dessa forma, a solução atende integralmente à necessidade administrativa identificada, promovendo melhores condições de utilização dos espaços e contribuindo para a adequada prestação dos serviços públicos à população.

8. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO:

Para atendimento da necessidade administrativa, foi realizado levantamento das alternativas disponíveis no mercado para viabilizar a instalação de toldos destinados às Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Administração do Município de São Pedro das Missões/RS, bem como a confecção e aplicação de adesivos personalizados destinados especificamente à Secretaria Municipal de Saúde. Inicialmente, foi considerada a possibilidade de não realizar a contratação, mantendo-se os espaços públicos sem a instalação dos toldos e sem a adequada identificação visual por meio de adesivos personalizados. Entretanto, essa alternativa não se mostra adequada, considerando a necessidade de proporcionar maior proteção aos usuários e servidores contra as condições climáticas, bem como melhorar a organização, identificação e adequação dos ambientes destinados ao atendimento da população. Também foi analisada a possibilidade de aquisição dos materiais de forma separada, com posterior contratação de mão de obra para a instalação dos toldos e aplicação dos adesivos. Contudo, essa alternativa poderá ocasionar dificuldades de compatibilização entre os materiais e os serviços, além de ampliar a necessidade de gerenciamento e fiscalização por parte da Administração, dificultando a definição de responsabilidades quanto à qualidade dos materiais, instalação e acabamento final. Outra alternativa considerada foi a utilização de toldos e materiais de especificações genéricas ou de menor qualidade, disponíveis no mercado. Todavia, considerando que os toldos serão destinados a espaços públicos de utilização contínua e ficarão sujeitos à exposição ao sol, chuva e vento, a utilização de materiais inadequados poderá resultar em desgaste prematuro, necessidade de manutenção frequente e redução da vida útil da solução. Em relação à identificação visual, também foi considerada a utilização de adesivos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

prontos e sem personalização. Entretanto, essa alternativa não atende integralmente à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que os adesivos deverão ser confeccionados de acordo com as características dos locais, informações institucionais e finalidade de cada aplicação, possibilitando melhor identificação dos ambientes e dos serviços prestados à população. Diante das alternativas analisadas, verificou-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de toldos, incluindo os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços, bem como para a confecção e aplicação de adesivos personalizados destinados à Secretaria Municipal de Saúde. A contratação de empresa especializada para a execução integral dos serviços proporciona maior padronização, compatibilidade entre os materiais e a instalação, melhor definição de responsabilidades e maior facilidade para fiscalização e acompanhamento pela Administração. Além disso, permite que os serviços sejam executados por profissionais capacitados, observando as características e necessidades específicas de cada local. A solução escolhida mostra-se adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, contribuindo para a melhoria da infraestrutura dos espaços públicos, proporcionando maior proteção contra intempéries, aprimorando a identificação dos ambientes e favorecendo melhores condições de atendimento aos usuários e servidores municipais. Considerando o valor estimado da contratação, poderá ser adotada a contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que observados o limite legal vigente, os requisitos estabelecidos na legislação e os demais procedimentos aplicáveis. A adoção desse procedimento poderá proporcionar maior celeridade no atendimento da demanda, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, planejamento, transparência, economicidade, eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de toldos e para a confecção e aplicação de adesivos personalizados constitui a alternativa mais adequada para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Administração, promovendo a melhoria da infraestrutura, proteção, identificação e adequação dos espaços públicos do Município de São Pedro das Missões/RS.

9. DAS OBRIGAÇÕES

9.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, autorizando o fornecimento do objeto contratado;
- b) Receber os produtos, realizando a conferência quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do Contrato, comunicando à contratada eventuais irregularidades constatadas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que não atendam às especificações técnicas exigidas ou que apresentem defeitos, avarias ou qualquer desconformidade com o objeto contratado;
- e) Efetuar o pagamento à contratada, após o recebimento definitivo dos produtos e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observadas as condições estabelecidas na contratação.

9.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Fornecer os produtos em conformidade com as especificações técnicas, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
- b) Garantir que os toldos e adesivos fornecidos e instalados sejam novos, de primeiro uso, atendendo integralmente às medidas, características e requisitos técnicos exigidos pela



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

Administração, sendo vedado o fornecimento ou utilização de materiais usados, reaproveitados, danificados ou em condições inadequadas para a execução do objeto.

c) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, assegurando que estejam livres de defeitos de fabricação e em perfeitas condições de uso.

d) Substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus para a Administração, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, vícios de fabricação ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

e) Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto, incluindo transporte, carregamento, descarregamento, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, seguros e demais custos incidentes sobre o fornecimento.

f) Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

g) Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

h) Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração, sempre que necessário, bem como atender prontamente às solicitações da fiscalização.

i) Permitir e facilitar a fiscalização da contratação, fornecendo todos os documentos e informações necessários ao acompanhamento da execução contratual.

j) Reparar ou ressarcir eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão da contratada, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.

k) Cumprir integralmente a legislação aplicável, especialmente as normas técnicas, ambientais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e de proteção ao consumidor, quando pertinentes ao objeto contratado.

l) Agir com boa-fé, diligência e responsabilidade, observando os princípios da legalidade, eficiência, qualidade e economicidade durante toda a execução da contratação.

10. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

a) A execução do objeto deverá ser realizada por empresa especializada, compreendendo o fornecimento, fabricação, transporte e instalação dos toldos destinados às Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Administração do Município de São Pedro das Missões/RS, bem como a confecção e aplicação de adesivos personalizados destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

b) A empresa contratada deverá realizar o fornecimento e a fabricação dos toldos de acordo com as medidas, especificações e características previamente definidas pela Administração, responsabilizando-se integralmente pelo fornecimento dos materiais, mão de obra especializada, transporte, montagem, instalação, fixação e demais serviços e acessórios necessários à perfeita execução do objeto.

c) As medidas dos locais destinados à instalação deverão ser conferidas pela empresa contratada, diretamente no local, antes da fabricação dos toldos, sempre que necessário, de modo a assegurar o correto dimensionamento, encaixe e acabamento dos equipamentos. Eventuais ajustes decorrentes das condições verificadas no local deverão ser realizados pela contratada, sem prejuízo da adequada execução do objeto.

d) Os materiais empregados na fabricação e instalação dos toldos deverão ser novos, de primeira qualidade, adequados à finalidade a que se destinam e apresentar resistência, durabilidade e características compatíveis com as condições de uso e exposição às intempéries. A instalação deverá ser executada de forma segura, observando-se as boas práticas técnicas e as



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

condições estruturais dos imóveis, de modo a garantir a estabilidade, funcionalidade e durabilidade dos equipamentos.

e) Quanto aos adesivos personalizados, a empresa contratada deverá realizar sua confecção e aplicação de acordo com as artes, medidas, padrões, informações e demais orientações fornecidas pela Administração Municipal, especialmente pela Secretaria Municipal de Saúde. A aplicação deverá ser realizada de maneira adequada, garantindo bom acabamento, correta fixação, legibilidade e qualidade visual do material.

f) A execução dos serviços deverá ser previamente ajustada com os responsáveis indicados por cada Secretaria Municipal, de forma a estabelecer os locais, datas, horários e demais condições necessárias à realização dos trabalhos, evitando interferências no funcionamento regular dos serviços públicos e garantindo a adequada organização da execução.

g) A contratada deverá manter os locais de execução organizados e seguros durante a realização dos serviços, responsabilizando-se pela retirada de resíduos, sobras de materiais, embalagens e demais elementos decorrentes da execução, deixando os ambientes devidamente limpos e em condições de utilização após a conclusão dos trabalhos.

h) Os serviços somente serão considerados concluídos após a efetiva fabricação, fornecimento, instalação e aplicação dos materiais previstos, conforme o caso, e após a conferência e o aceite pela Administração Municipal, que verificará o atendimento às especificações, medidas, características, qualidade e condições estabelecidas para o objeto.

i) Na hipótese de serem constatadas falhas, defeitos, irregularidades ou serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas, a contratada deverá realizar, às suas expensas, as correções, substituições ou adequações necessárias, no prazo determinado pela Administração, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na contratação.

j) A execução deverá ocorrer de forma a assegurar a qualidade, segurança, funcionalidade e durabilidade dos serviços, observando as orientações da Administração Municipal e as normas técnicas aplicáveis, quando pertinentes.

11. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO:

a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

12. FISCALIZAÇÃO:

- a) Ao Gestor do Contrato compete a coordenação da execução contratual, o acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, a adoção de providências administrativas necessárias à boa execução do contrato e a interlocução com a Contratada e com os setores competentes da Administração;
- b) Ao Fiscal do Contrato compete o acompanhamento direto da execução dos serviços, a verificação da conformidade com este Termo de Referência e com as cláusulas contratuais, o controle da qualidade, dos prazos e dos resultados, bem como a comunicação ao Gestor do Contrato acerca de eventuais falhas ou irregularidades constatadas;
- c) A atuação do Gestor e do Fiscal do Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, falhas, imperfeições técnicas ou vícios na execução do objeto, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, nos termos dos arts. 117, §3º, 120 e 122 da Lei nº 14.133/2021;
- d) O Gestor e o Fiscal do Contrato manterão registros próprios e atualizados das ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias à regularização de falhas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, quando cabível.

13. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

- a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva entrega dos produtos/prestação dos serviços, atesto de recebimento e aprovação pela fiscalização da Secretaria Requisitante.
- b) Havendo incorreção no documento de cobrança ou qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente, e o pagamento susinado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte do Contratante.
- c) A nota fiscal deverá ser emitida ao Município de São Pedro das Missões/RS e deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato e n.º do Processo e da Dispensa, a fim de se acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.
- d) Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- e) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- f) A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

14.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e/ou Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

14.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

14.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento e instalação de toldos, bem como a confecção e aplicação de adesivos personalizados, compatíveis com o objeto da contratação, em características e quantidades compatíveis com o objeto licitado.

15. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

- a) Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata/contrato tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - Serão reajustados os preços registrados, a pedido do interessado, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

IV - Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

- b) Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), para fins de reajuste geral de reposição.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

16.1. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS: A Contratada será responsabilizada administrativamente quando, no âmbito da licitação ou da execução contratual:

- a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato, inclusive quando resultar em prejuízo relevante à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Retardar injustificadamente a execução dos serviços ou descumprir prazos, obrigações contratuais ou especificações técnicas;
- c) Deixar de manter a proposta ou de celebrar o contrato, bem como de apresentar a documentação exigida, quando regularmente convocada, salvo por motivo superveniente devidamente justificado;
- d) Apresentar documentação ou declaração falsa, ou prestar informações inverídicas durante a licitação ou a execução do contrato;
- e) Fraudar a licitação ou a execução contratual, praticar atos ilícitos, agir em conluio, comportar-se de modo inidôneo ou induzir deliberadamente a Administração a erro;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);
- g) Recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou instrumento equivalente, quando exigível, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

16.2. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Pelas infrações previstas no item 16.1, poderão ser aplicadas à Contratada, observada a gradação e o devido processo legal, as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa, no percentual mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do órgão ou entidade contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS SANÇÕES

- a) As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 16.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- b) A aplicação de multa de mora não impede sua conversão em multa compensatória, nem obsta a rescisão unilateral do contrato, com aplicação cumulada de outras sanções cabíveis.
- c) Caso o valor da multa e das indenizações supere eventual crédito da Contratada, a diferença poderá ser descontada da garantia, se houver, ou cobrada judicialmente.
- d) A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- e) Para aplicação da sanção de multa será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.
- f) As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade dependerão da instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- g) Admitida a produção de provas, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo indeferidas, de forma fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES

h) Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica quando utilizada com abuso de direito, fraude ou confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos das sanções aos administradores ou sócios com poderes de gestão, observados o contraditório, a ampla defesa e a prévia análise jurídica.

16.4. REABILITAÇÃO: É admitida a reabilitação da Contratada, perante a autoridade que aplicou a sanção, desde que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa aplicada;
- c) Decurso do prazo mínimo legal da penalidade aplicada;
- d) Cumprimento das condições estabelecidas no ato sancionador;
- e) Análise jurídica prévia conclusiva.

16.4.1. Nos casos de infrações relacionadas à apresentação de documentação falsa ou fraude, poderá ser exigida, como condição para reabilitação, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

16.5. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES: Na aplicação das sanções serão considerados, entre outros:

- a) A natureza e a gravidade da infração;
- b) As circunstâncias do caso concreto;
- c) A existência de agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos causados à Administração Pública;

17. DA CONTRATADA: A escolha da empresa **JAQUELINE CREMONINI DA SILVA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 60.443.704/0001-60, deu-se com fundamento nos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e atendimento ao interesse público. A seleção da contratada decorreu da análise das propostas apresentadas durante a pesquisa de preços, constatando-se que a empresa ofertou o menor preço para o respectivo objeto, atendendo integralmente às especificações técnicas estabelecidas pela Administração, bem como às condições de fornecimento exigidas para a presente contratação. Verificou-se, ainda, que a empresa atende às exigências legais e administrativas para contratar com a Administração Pública, apresentando a documentação de habilitação exigida e demonstrando regularidade perante os órgãos competentes, conferindo segurança jurídica à contratação. Considerando que a presente contratação será realizada de forma não parcelada, a contratação de uma única empresa possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para o objeto, proporcionando maior economicidade à Administração Pública. Dessa forma, justifica-se a escolha da empresa **JAQUELINE CREMONINI DA SILVA LTDA** para o fornecimento e execução do objeto, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a contratação, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade e interesse público.

18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais)**.

19. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES**

06-Secretaria Municipal Assistência Social

06.01-Secretaria Municipal Assistência Social

06.01.08.244.0006.2019-Assistencia Comunitaria e Manutenção

4490.51.00.00.00.00-Obras e Instalações

03-Secretaria de Administração, Plan. e Finanças

03.01-Secretaria de Administração, Plan. e Finanças

03.01.04.122.0003.2003-Manutenção das Ativ.Sec. Administração,P,E

4490.51.00.00.00.00- Obras e Instalações

05-Secretaria Municipal de Saúde

05.01-Fundo Municipal de Saúde

05.01.10.301.0006.1014- Ampliação e Manutenção do Centro Municipal

4490.51.00.00.00.00-Obras e Instalações

São Pedro das Missões/RS, em 21 de agosto de 2026.



Clarice Brizola

Secretário Municipal de Saúde



Rosane Moraes

Secretária Municipal de Assistência Social



Breno Ribeiro da Silva

Secretário Adjunto de Administração